

OS INTELLECTUAIS ORGÂNICOS E A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DOS TRABALHADORES

Célio Ribeiro Coutinho

Doutorando em Educação Brasileira/UFC

Professor Assistente da Universidade Estadual do Ceará - UECE/FACEDI/LUTEMOS

Eixo Temático: Educação e Movimentos Populares

Resumo

Este artigo visa estudar a contribuição político-educacional dos intelectuais orgânicos, identificando elementos fundamentais para colaborar com a construção da hegemonia dos trabalhadores. Para esse estudo utilizou-se, sobretudo, a teoria de Gramsci e de Freire, considerando-se a idéia de complementaridade entre ambos e sustentando-se nas categorias práxis educativa, hegemonia e intelectuais. Gramsci como pensador da práxis tinha uma concepção de educação como atividade que elevaria as massas trabalhadoras a um patamar moral, intelectual e cultural capaz de elaborar suas próprias ideologias e com base nelas, empunhar o imperativo da revolução. Esse conceito de práxis é central para o processo de educação defendido por Gramsci, se expressando pela forte relação entre a teoria e a prática e entre a consciência e a ação, e por Freire, quando a realidade social de um educando adulto é objetivada a partir do processo de codificação e decodificação. A filosofia de Gramsci tem esse papel de conduzir os “simples”, durante a aproximação com os intelectuais, da filosofia primitiva do senso comum para uma etapa superior da construção científica, formando um amplo bloco intelectual e moral. Por sua vez, Freire propõe a categoria síntese cultural para trabalhar as diferenças entre as visões de mundo da liderança e do povo, superando a prescrição e a superposição de idéias, mas realizando o salto cultural de ambos. Pode-se concluir que a formação dos intelectuais orgânicos contribui com as lutas dos trabalhadores, quando impede ações dogmáticas e empiristas de seus militantes e passam a considerar tanto o valor das experiências acumuladas nas lutas quanto o valor da teoria para essa prática revolucionária.

Palavras-chave: intelectuais orgânicos; práxis educativa; hegemonia.

1 Introdução

A partir de 2008 passamos a conviver mundialmente com uma crise que vem afetando os setores econômico-financeiro, climático-energético e alimentar. Trata-se de uma crise do próprio capital e de seu metabolismo social, deixando transparecer sinais claros de obsolescência. Esse quadro tem piorado a situação dos trabalhadores no mundo inteiro por meio do desemprego e do refluxo nas questões sociais. Nessas circunstâncias, o capitalismo no Século XXI repõe e aprofunda antigas clivagens, tendo como base o antagonismo entre exploradores versus explorados.

Tais contradições engendraram sujeitos sociais e políticos antagônicos à ordem capitalista, que empreenderam lutas e acumularam forças, promovendo, no curso do Século XX, variadas formas de revolução social e política, revoltas e lutas populares no mundo, que resultaram em transformações substantivas em prol dos trabalhadores. Todos esses acúmulos, com acertos e erros, em espaços e tempos diferentes, foram fundamentais para a melhoria da vida dos trabalhadores e para a criação de novos movimentos populares que hoje são um patrimônio político a favor das camadas subalternas. (HOBSBAWM, 1995; BEER, 2006).

O Brasil não passou imune ao contexto de lutas e revoluções do Século XX. Aqui, os trabalhadores da cidade criaram importantes organizações, associações e sindicatos, formaram organizações de nível nacional como as federações e centrais sindicais. No campo, a luta desenvolveu-se por meio de organizações sindicais, das Ligas Camponesas e, posteriormente, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No âmbito dessa conjuntura, identifica-se a crise específica dos intelectuais ligados às classes dos trabalhadores, que tem se acentuado não somente com o advento da revolução tecnológica, mas devido à dissolução dos sujeitos coletivos, a derrota do comunismo, a indistinção entre esquerda e direita e ao revisionismo imposto às revoluções. Essa situação foi agravada pelo neoliberalismo econômico e pela pós-modernidade cultural, predominado o pragmatismo e o ceticismo, (SEMERARO, 2006).

O referido contexto nos leva a construir as seguintes questões: os trabalhadores estão compreendendo a atual e complexa crise do capital, e mais, estão preparados para enfrentá-la? Qual a função dos intelectuais na organização dos trabalhadores? Como se dá o processo de formação dos intelectuais orgânicos? Essas questões podem ser centralizadas numa só: qual a contribuição político-educacional dos intelectuais orgânicos para o processo de construção da hegemonia dos trabalhadores?

Estudar o papel dos intelectuais orgânicos vinculados aos trabalhadores, na perspectiva da educação revolucionária, visando identificar elementos fundamentais para colaborar com a hegemonia e, ao mesmo tempo, com a teoria e a prática da educação é o foco do presente artigo. Para isso, utilizou-se a teoria, sobretudo, de Gramsci, de Freire e de seus intérpretes.

2 *Práxis Educativa e Hegemonia*

O objeto de estudo desse artigo exige que se considere a realidade como um fenômeno histórico, inserida numa teia de relações. Nesse contexto, a concepção gramsciana se apresenta como elemento teórico importante porque seu pensamento gira em torno de um eixo comum: a filosofia da práxis e a teoria da hegemonia. Giovanni Semeraro (1999) reforça esta tese e avança na conceituação da práxis histórica:

As raízes da filosofia da práxis encontram-se na história, na vida prática dos homens. Essa filosofia é da práxis porque nasce da vontade de conjunto, interessada em descobrir os nexos íntimos da realidade, as relações entre economia, política e filosofia (SEMERARO, 1999, p. 110).

Para Karel Kosik e Sánchez Vásquez, a práxis é uma categoria da metodologia dialética que concebe o mundo humano como criação dos próprios homens, que fazem sua própria história e são capazes de pensar e postular a transformação do real, compreender os fenômenos existentes e realizar tal projeto na prática. Nesse sentido, a práxis expressa a ação consciente do homem, o teorizar e o praticar no mesmo ato:

[...] entendemos a praxis como atividade material humana, transformadora do mundo e do próprio homem. Essa atividade real, objetiva, é, ao mesmo tempo ideal, subjetiva e consciente. Por isso insistimos na unidade entre a teoria e a prática, unidade que implica também em certa distinção e relativa autonomia (Vásquez, 1977, p.406)

O deslindamento da categoria práxis abre possibilidades vastas de compreensão do processo de formação dos intelectuais orgânicos, do contexto contraditório em que estão inseridos, na medida em que eles se inserem no bojo da estratégia mais ampla de transformação das relações sociais e da própria sociedade brasileira. Nesse sentido, a educação também é tomada como uma práxis que, uma vez articulada com a luta política e com os ideais de libertação, trará contribuições para o processo de mudança social.

Gramsci, como pensador da práxis, tinha uma concepção de educação como atividade que elevaria as massas trabalhadoras a um patamar moral, intelectual e cultural capaz de elaborar suas próprias ideologias e, com base nelas, empunhar o imperativo da revolução, preparando, assim, os quadros dirigentes para governar a sociedade. Deste modo, a práxis educativa gramsciana além de educar os trabalhadores, visa combater as ideologias modernas elaboradas pelo capitalismo e constituir seu próprio grupo de intelectuais independentes. Para isto, a educação precisa orientar-se por conteúdos e práticas vivas, que tenham real significado para a vida dos trabalhadores. Para Nosella (2004, p. 70):

[...] a idéia de educar a partir da realidade viva do trabalhador e não de doutrinas frias e enciclopédicas; a idéia de educar para a liberdade concreta, historicamente determinada, universal e não para o autoritarismo exterior que emana da defesa de uma liberdade individualista e parcial, constitui [sic] a alma da concepção educativa de Gramsci. [...] Partir do terreno da experiência concreta do trabalho moderno é a marca do processo educativo de Gramsci.

Paulo Freire tem pontos fundamentais de convergência com Gramsci. Seu interesse era formular (e desenvolver) uma práxis educativa ligada aos objetivos de transformação da sociedade brasileira, assumindo cristalinamente a perspectiva das camadas subalternas. Segundo Freire (1987, p. 38), a práxis “[...] é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos”.

Para Freire (1982; 1987) a práxis pedagógica tem no diálogo uma de suas pilstras. O diálogo é uma possibilidade para os oprimidos se apropriarem de algo que lhes foi retirado: a fala, a expressão. Na análise de Gadotti (2004), o diálogo e a palavra têm em Freire um caráter eminentemente político, pois estão comprometidos com a transformação social.

O diálogo, porém não pode excluir o conflito, sob pena de ser um diálogo ingênuo. Eles atuam dialeticamente: o que dá força ao diálogo entre os oprimidos é a sua força de barganha frente ao opressor. É o desenvolvimento do conflito com o opressor que mantém coeso o oprimido com o oprimido (GADOTTI, in FREIRE, 1989, p. 13).

A categoria da práxis é uma constante no pensamento de Gramsci e de Freire. Ainda que haja diferenças substantivas entre as duas perspectivas, essa categoria é central entre os dois pensadores, segundo Mayo (2004, p. 86):

O conceito de práxis é central para o processo de aprendizagem defendido pelos dois autores. Eu defendo que este é o conceito fundamental, nos textos de ambos que são relevantes para a educação de adultos. No pensamento de Gramsci [...] Expressa o forjar de uma forte relação entre a teoria e a prática, entre consciência e a ação. [...] a práxis também reside no coração da abordagem de Freire, o que promove frequentemente um processo de ‘codificação e decodificação’ pelo qual os elementos relacionados à realidade social de um aprendiz adulto são objetivados.

Ambos pensaram a educação como elemento engajado na transformação de suas realidades específicas e das classes trabalhadoras. Por isto, suas teorias trazem contribuições decisivas para o estudo dos intelectuais e, ao mesmo tempo, para o enfrentamento do capital. Entendida como elemento de transformação social, a educação se constitui tanto uma prática social traspassada pelos conflitos sociais como um processo importante da disputa por hegemonia na sociedade. A categoria hegemonia

é central na *práxis* educativa dos trabalhadores revolucionários. Para Gramsci (*apud* NOSELLA, 2004, p. 141): “[...] a marca essencial da mais moderna filosofia da *práxis* consiste precisamente no conceito histórico-político de ‘hegemonia’”.

Por meio de amplos processos de hegemonia, que são processos educativos, a sociedade civil constitui o *lócus* de formação de identidades coletivas. Ela é um terreno de disputa hegemônica entre intelectuais orgânicos e tradicionais, entre as ideologias conservadoras e as formas de contra-ideologias, que são engendradas pelas camadas subalternas. Por isto, a conquista do poder pelas classes trabalhadoras passa pela tomada das instâncias que exercitam a coerção e, irremediavelmente, pela disputa hegemônica no seio da sociedade civil.

3 Formação de Intelectuais Orgânicos

A literatura tem mostrado uma diversidade no conceito de intelectual. Em épocas mais distantes os intelectuais eram vistos como pensadores vinculados ao idealismo abstrato, limitando a origem do conhecimento apenas à consciência.

Mannheim (1986) considera o intelectual um indivíduo “livremente flutuante”, um intelectual que paira sobre o senso comum, vinculando-se a uma ou a outra classe de forma independente, podendo realizar influências de forma livre, além de acreditar que mantém uma relação imparcial com os grupos sociais. Bobbio faz distinção entre o filósofo e o técnico, enquanto Weber distingue a “ética da convicção” da “ética da responsabilidade”, separando assim, a ciência da política, (SEMERARO, 2006).

Na contramão dessas visões sobre intelectual, Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*, compreende o intelectual a partir de outro conceito:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro - mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político). (GRAMSCI, 2004, p. 53).

Este tipo de intelectual que tem inserção na realidade não separa o trabalho manual da atividade intelectual, bem como o papel técnico de sua atuação política no meio social. O intelectual é um ser de relações materiais e sociais numa determinada produção social, dotado de inteligência e de conhecimentos gerais e específicos e pode

estar ligado ao partido, ao movimento sindical ou social ou ainda integrando os aparelhos privados de hegemonia.

Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* levanta a seguinte questão: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?”. A partir daí, Gramsci, numa perspectiva histórica, apresenta dois tipos de intelectuais: o orgânico e o tradicional. Vinculado a um grupo social, o intelectual orgânico pode ser visto como um organizador da produção de um novo modo cultural:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 2004, p. 15-16).

Já o intelectual tradicional caracteriza-se por dar continuidade à formação histórica na qual ele participava e por guardar certa autonomia e independência do grupo social atualmente hegemônico.

Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou [...] categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. [...] Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante. (GRAMSCI, 2004, p. 16).

Essa postura do intelectual tradicional tem forte vínculo com a filosofia idealista, levando ao distanciamento do senso comum, do povo, fonte original da ciência, mesmo com sua capacidade de sistematização embrionária.

O intelectual comprometido com a reforma moral e cultural somente se forma organicamente na interação com o povo, apreendendo a complexidade concreta em que se encontra o homem “simples”, sentindo a problemática de sua realidade social:

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente”. Os dois extremos são, portanto, por um lado, o pedantismo e o filisteísmo, e, por outro, a paixão cega e o sectarismo. [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado [...] Se a relação entre intelectuais e povo-nação [...] é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber [...], só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, [...] cria-se o “bloco histórico”. (GRAMSCI, 2006, p. 221-222).

O intelectual depende dessa relação com a massa para se tornar um agente orgânico na sociedade. Mas, por outro lado, a massa que aspira compreender a realidade, em especial a crise atual do capital e suas conseqüências, e mais que isso, anseia enfrentar essa crise e alcançar a transformação social, também não pode se eximir do trabalho do intelectual, que tem a capacidade de sistematizar e de teorizar de modo aprofundado. Essa dependência é assinalada por Gramsci da seguinte maneira:

[...] uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “por si”, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 2006, p. 104).

Como o processo de teorização implica a reflexão sobre a realidade para descrevê-la e explicá-la, exigindo um esforço de abstração para se chegar à síntese, o papel do intelectual, nessa articulação com os trabalhadores, é fundamental para que estes ultrapassem o nível das aparências. Para Freire (1987, p. 68) “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Lênin já havia falado que não existe revolução sem teoria. Gramsci ainda reforça essa unidade em torno do ato de pensar:

[...] a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquela massa, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. (GRAMSCI, 2006, p.100).

Freire discute na *Pedagogia do Oprimido* as diferenças entre as visões de mundo da liderança e do povo e para a realização do salto cultural de ambos, propõe a categoria síntese cultural, que pode impedir a prescrição e a superposição de idéias:

[...] na síntese cultural, se resolve – e somente nela – a contradição entre a visão do mundo da liderança e a do povo, com o enriquecimento de ambos. A síntese cultural não nega as diferenças entre uma visão e outra, pelo contrário, se funda nelas. O que ela nega é a invasão de uma pela outra. O que ela afirma é o indiscutível aporte que uma dá à outra. A liderança revolucionária não pode constituir-se fora do povo, deliberadamente, o que a conduz à invasão cultural inevitável. (FREIRE, 1987, p. 181)

Tomando-se como base essa articulação, o intelectual colabora com a promoção de novas maneiras de pensar de sua classe, elevando o pensamento do senso comum a um pensamento lógico, metódico e mais homogêneo. Tal função pode ser assim expressa:

Um intelectual tem a função de homogeneizar a concepção do mundo da classe à qual está organicamente ligado, isto é, positivamente, de fazer corresponder esta concepção à função objetiva desta classe numa situação

historicamente determinada ou, negativamente, de a tornar autônoma, expulsando desta concepção tudo o que lhe é estranho. O intelectual não é pois o reflexo da classe social: ele desempenha um papel positivo para tornar mais homogênea a concepção naturalmente heteróclita desta classe. (PIOTTE, 1975, p. 19)

No pensamento de Gramsci a filosofia da práxis tem esse papel de conduzir os “simples”, durante a aproximação com os intelectuais, da filosofia primitiva do senso comum para uma etapa superior da construção científica, formando um amplo bloco intelectual e moral. Aqui, não se trata de iniciar uma nova forma de pensar:

após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente (GRAMSCI, 2006, p. 101).

No pensamento gramsciano o senso comum, presente nas classes subalternas, é do tipo ocasional e desagregada, que permite a imposição do conformismo pela ideologia opressora. O senso comum não pode ser desprezado, mas a partir dele pode-se compreender o contexto da atual crise ou até realizar a revolução dos trabalhadores. Dito isso, cabe ao processo de formação de intelectuais orgânicos identificar no senso comum, algo que possa se transformar em concepção de mundo coerente e homogênea: o bom senso.

[...] o núcleo sadio do senso comum, que poderia precisamente ser chamado de bom senso e que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. Torna-se evidente, assim, por que não é possível a separação entre a chamada filosofia “científica” e a filosofia “vulgar” e popular, que é apenas um conjunto desagregado de idéias e de opiniões. [...] coloca-se o problema fundamental de toda concepção do mundo [...] o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia. (GRAMSCI, 2006, p. 98-99).

O bom senso é onde pode ser desenvolvida a consciência de classe, a consciência da opressão, da exploração e dos efeitos da crise do capital sobre os trabalhadores. Essa possibilidade de formação de uma nova consciência problematizadora do mundo livra os trabalhadores da relação de dependência e legitimação ideológica do grupo dominante e coloca-os numa posição libertadora.

A luta e a conquista pela hegemonia dos trabalhadores exigem mudança de concepção do mundo no senso comum, ou seja, geração de novas intelectualidades oriundas das massas e mantendo-se ligadas a elas. Cria-se assim um ambiente favorável ao processo dialógico entre esses sujeitos, formando um tipo de intelectual que vai materializando as bases para construir a hegemonia dos trabalhadores. Nesse sentido a formação dos intelectuais deve buscar

[...] trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidades ao amorfo

elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa, e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos. (GRAMSCI, 2006, p. 110).

Mas a formação de intelectuais é uma ação que requer educação permanente, paciência pedagógica, pois se propõe a uma mudança radical na forma de pensar e de agir dos trabalhadores: uma análise sobre o modo como a própria sociedade capitalista está organizada. Gramsci destaca as dificuldades desse processo de formação:

[...] este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e recuos, de debandadas e reagrupamentos; e, neste processo, a “fidelidade” da massa [...] é submetida a duras provas. O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa (GRAMSCI, 2006, p. 104-105).

Os trabalhadores para conquistarem a direção intelectual e moral da sociedade também precisam produzir seus intelectuais nos diversos aparelhos privados de hegemonia existente na sociedade. Essa penetração cultural vai avançando para novas posições na intrincada relações de poder o que na concepção revolucionária gramsciana é a antecipação do socialismo.

Os intelectuais são também os portadores da função hegemônica que exerce a classe dominante na sociedade civil. [...] O proletariado pode assim produzir os intelectuais ao nível hegemônico, dado que é uma classe que, pelo lugar que ocupa no modo de produção capitalista, pode aspirar, de maneira realista, à direção da sociedade. Por intermédio do Partido, das escolas que cria, dos meios de difusão que emprega e pelo papel de educador dos seus militantes, o proletariado ergue-se como adversário da hegemonia que exerce a burguesia e tende a derrubá-la. (PIOTTE, 1975, p. 18)

4 Conclusões

Estudar os intelectuais orgânicos da classe dos trabalhadores, investigando a sua contribuição educacional para a construção da hegemonia, exigiu a compreensão da função e do processo de formação desses intelectuais.

A formação dos intelectuais orgânicos com base na filosofia da práxis contribui com as lutas dos trabalhadores, no enfrentamento com o capital, quando impede ações dogmáticas e empiristas de seus militantes e passam a considerar tanto o valor das experiências dos trabalhadores acumuladas nas lutas quanto o valor da teoria para essa prática revolucionária.

Os intelectuais orgânicos também contribuem, combatendo as ideologias conservadoras que oprimem e exploram esses trabalhadores, quando, vinculados ao

povo, colaboram com a reforma cultural, intelectual e moral, articulando na totalidade as lutas no plano econômico, político, ideológico, cultural e educacional.

Portanto, os intelectuais, ligados organicamente à classe dos trabalhadores, por meio dos aparelhos privados de hegemonia e da realidade concreta, compreendem e apaixonam-se por seu projeto popular, e assim, contribuem para a construção da sua hegemonia e a transição ao socialismo.

5 Referências Bibliográficas

- BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. São Paulo, Expressão Popular, 2006. (coleção assim lutam os povos).
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (coleção o mundo, hoje, 10)
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (o mundo, hoje, 21)
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (coleção educação e comunicação, 1)
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. V 1.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. V 2.
- HOBSBAWM, Eric (1995). **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- NOSELLA, Paolo. **Escola de Gramsci**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- PIOTTE, Jean-Marc. **O pensamento político de Gramsci**. Porto: Afrontamento, 1975.
- SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Letras e Idéias, 2006.
- SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.